

# Diversificar a formação de recursos humanos: demanda necessária, por Luana Bonone

\* **Luana Bonone**

O Brasil alcançou no ano passado o 13º no ranking de produção científica. Trata-se de uma conquista meritória, digna de elogios. Entretanto, a demanda de desenvolvimento do país exige uma agenda de diversificação dos modelos de pós-graduação e das modalidades de bolsa no país, assim como na própria formação escolar. Os pós-graduandos brasileiros têm algumas propostas que buscam dialogar com o momento de efervescência em termos de políticas de educação e ciência e tecnologia que vive o país.

## **O Brasil nos rankings científicos**

O Brasil é hoje o 13º país em termos de produção científica no mundo. Tal posição foi conquistada por meio da implementação de políticas importantes para o desenvolvimento da nossa pós-graduação, como o próprio processo de expansão do número de programas, de discentes, de docentes e de bolsas de pesquisa (acompanhando o processo de expansão das universidades federais), assim como um importante esforço de abrir as universidades brasileiras para um virtuoso processo de internacionalização. Embora haja um debate importante sobre o nível de produtivismo exigido de docentes e discentes, há que se ressaltar que os mecanismos de avaliação da pós-graduação também jogam um papel importante neste processo, até pela centralidade que a pesquisa assume nos cursos de pós-graduação brasileiros.

Tal mérito não deve ser desconsiderado ou menosprezado como um resultado meramente estatístico. Trata-se de uma conquista importante a um país que busca se posicionar de forma estratégica no cenário internacional. Entretanto, a demanda de desenvolvimento das forças produtivas e também a urgente necessidade de desenvolvimento social do país impõem uma agenda de aceleração deste processo de expansão da educação superior e de reavaliação dos próprios modelos de educação e de formação de recursos humanos na pós-graduação. A palavra de ordem deve ser diversificação, na pós-graduação e também na escola, embora a forma deva ser diferente nos dois casos.

## **Diversificar a formação de recursos humanos**

A pesquisa de base é fundamental para o desenvolvimento de qualquer projeto e deve ser valorizada, mas a universidade precisa fornecer muito mais do que pesquisadores acadêmicos e professores universitários à sociedade: nossa pós-graduação precisa formar gestores públicos, pesquisadores capazes de atuar no setor produtivo, educadores preparados para a realidade concreta das escolas e universidades brasileiras, profissionais qualificados/especializados nas mais diversas áreas e uma infinidade de outros perfis que dêem conta de participar da consecução de um projeto de nação democrática e soberana.

Tal objetivo pode ser cumprido com medidas como a diversificação da formação na pós-graduação (por meio de mestrados profissionais, especializações, mestrados e doutorados sanduíche ou doutorados plenos no exterior, como faz o ousado Programa Ciência Sem Fronteiras, entre outros). Redefinir o papel dos Institutos de Pesquisa também é uma medida importante, como vem debatendo o MCTI. Tais medidas apontam um caminho importante que vem sendo trilhado pelas instituições de C,T&I no país.

Mas o Estado ainda precisa conseguir promover políticas de integração do próprio setor produtivo com a pesquisa, um grande desafio a ser enfrentado e cujas melhores respostas até agora vêm das incubadoras de empresas inovadoras e parques tecnológicos. Acredito, ainda, que um mesmo programa de pós-graduação pode ser capaz de formar perfis diferenciados de pesquisadores e profissionais e, sem dúvida, a diversificação das modalidades de bolsas de pós-graduação também pode ser uma resposta interessante a essa demanda.

É neste contexto que vem sendo debatida e maturada nos debates entre os pós-graduandos brasileiros a ideia da diversificação de modalidades de bolsas. Uma proposta que venho apresentando em espaços como os encontros preparatórios para o Fórum Mundial de Ciência é a ideia de uma modalidade de bolsa de pós-graduação e financiamento de projetos voltados à extensão em programas de mestrado e doutorado.

Durante toda a década de 1990 e início dos anos 2000 a extensão foi pouco ou nada valorizada dentro das universidades públicas e praticamente inexistente nas instituições privadas. Ocorre que a extensão é justamente a prática voltada a implementar junto à sociedade o conhecimento produzido dentro dos altíssimos muros que cercam a Academia. Trata-se da aplicação deste conhecimento por meio de projetos que, muitas vezes, interferem em realidades locais. Apenas no último período tal assunto voltou a ganhar relevo, por interesse do ministério da Educação e convencimento da própria presidente Dilma Rousseff. A pós-graduação deve jogar um papel importante neste sentido, visto que a prática da extensão pode ser uma forma revolucionária de promover a divulgação científica no Brasil (na prática).

### **Bolsa tutoria**

Um exemplo concreto é a proposta apresentada pela ANPG e muito bem recebida pelo Ministro Aloizio Mercadante de implementação de uma bolsa tutoria, cujo objetivo é promover o processo de melhor integração dos estudantes que entram na universidade com o novo ambiente de aprendizado, promovendo até mesmo uma espécie de nivelamento quando se fizer necessário. Tal debate foi estimulado pela mais importante ação de democratização do acesso à universidade desta década que foi a aprovação da Lei da Reserva de Vagas nas universidades públicas, defendida pelas entidades do movimento educacional há décadas, tendo como primeira proponente a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

Os chamados estudantes cotistas já provaram ser aqueles com as melhores médias nas universidades em que ingressam, entretanto, a qualidade da educação básica no país ainda precisa avançar muito e no processo de implementação de uma nova política de tão grande vulto, é prudente pensar ações que visem dar todo o suporte a este novo público que finalmente terá acesso à universidade pública no Brasil. Isso vai desde políticas de assistência estudantil até o necessário apoio acadêmico, como é a proposta da bolsa de tutoria, onde pós-graduandos fariam uma espécie de estágio-docência que, agregado às atividades de pesquisa que desenvolve no seu programa, justificariam uma nova

modalidade de bolsa; e os estudantes de graduação que assim desejassem cumpriram atividades ministradas por esses pós-graduandos no intuito de serem inseridos ao processo de aprendizado e desenvolvimento de conhecimento que marcam a vida universitária, em grupo sempre coordenado por um professor-pesquisador.

### **Educação científica na escola**

A experiência da extensão poderia contribuir, ainda, para uma das diretrizes previstas no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020), de engajar os programas de pós-graduação brasileiros na melhoria da educação básica no país.

O investimento nas escolas brasileiras é urgente e a demanda grandiosa. Uma contribuição que venho apresentando nas reuniões junto à Capes e ao CNPq é a proposta de aproveitarmos melhor os equipamentos públicos de Ciência e Tecnologia existente no país para incrementar a qualidade da educação básica. Isso pode ser feito por meio da associação de institutos de pesquisa com instituições educacionais de ensino básico, como é o caso do Instituto de Ciência e Tecnologia Renato Archer, em Campinas, que se prepara para abrigar um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo em suas dependências. A ANPG é uma entusiasta do projeto e foi convidada a participar dos debates que darão origem ao projeto pedagógico desta ousada empreitada.

Apresentamos, ainda, como proposta, a utilização dos espaços de museus, bibliotecas, planetários, observatórios e outros equipamentos públicos, em geral sub-utilizados, para aulas práticas a turmas da educação básica, o que poderia ser feito no contra-turno, aproximando nossas escolas do objetivo apresentado pela presidenta Dilma de implementar a educação integral e, ao mesmo tempo, promovendo a educação científica como um elemento importante que pode agregar qualidade à educação básica no Brasil. A escola brasileira deveria oferecer aulas nesses espaços e também nos equipamentos públicos de esporte e cultura existentes, aumentando a utilização de tais equipamentos e promovendo uma vivência diferenciada do(a) estudante, o que poderia ajudar inclusive no processo do jovem se identificar mais com a escola, um importante fator de evasão no ensino médio.

Tal ação poderia ser implementada também por projetos de extensão que ainda agregassem metodologias, estudos sobre currículo e desenvolvimento psicológicos e social de criança e jovens e curso, de forma que a aplicação da pesquisa retornasse como uma contribuição da pós-graduação brasileira de forma efetiva à melhoria da nossa escola.

Se o desenvolvimento que buscamos é para dar impulso aos inúmeros potenciais ainda não revelados do continente chamado Brasil, então a aposta na diversificação é uma aposta na maior riqueza que possuímos, o nosso povo. Apenas agregando conhecimento e método à já rica sabedoria e criatividade do povo brasileiro conseguiremos encontrar algumas das respostas que o país procura no rumo de um desenvolvimento que seja para melhorar a vida das pessoas. E precisamos descobrir nossa própria maneira de fazer isso, sem modelos pré-fabricados ou pacotes de medidas pasteurizados e embalados para consumo. A resposta para o nosso desenvolvimento está na nossa própria constituição enquanto nação e é na superação dos gargalos históricos que encontraremos o rumo mais justo.

\* **Luana Bonone** é presidente da Associação Nacional dos Pós-graduandos (ANPG)

Fonte: Jornal da Ciência